



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

Av. Nestor Frederico Henn, 1540 - Bairro: Centro - CEP: 96880000 - Fone: (51) 3098-5598 - Email:
frveracruzjud@tjrs.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5000621-86.2022.8.21.0160/RS

AUTOR: MW SEGURANCA LTDA

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de Recuperação Judicial ajuizada em 10/03/2022 pela sociedade empresária MW Segurança Ltda. (CNPJ n.º 11.525.620/0001-60), com fundamento no art. 48 da Lei 11.101/2005.

Na petição inicial, discorreu acerca do preenchimento dos requisitos legais, das dificuldades enfrentadas e da atual situação da empresa, referindo que iniciou sua trajetória em 2010, com a prestação de serviços de vigilância e segurança privada.

Explicou que suas dificuldades derivariam do (i) encerramento unilateral dos contratos de prestação de serviços com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ensejando bloqueio de R\$ 730.000,00, inclusão da empresa no SICAF e CEIS, com impedimento de licitar com o Estado do Rio Grande do Sul por dois anos, e demissão de aproximadamente 340 empregados; do (ii) comprometimento do fluxo de caixa em razão das rígidas garantias exigidas pela Administração Pública Federal nos contratos vigentes; e da (iii) tomada de sucessivos empréstimos com instituições financeiras para pagamento da folha e de despesas correntes, com a corrosão das margens de lucro até operar mensalmente no negativo.

Foi nomeada a Brizola e Japur para realizar constatação prévia (art. 51-A, da Lei n.º 11.101/2005), tendo sido o respectivo laudo tempestivamente apresentado no 16.1.

Após o deferimento do processamento da Recuperação Judicial em 05/05/2022 (23.1), a administradora judicial sugeriu a convocação de assembleia-geral de credores para deliberação sobre calendário para a prática dos atos procedimentais (29.1), com o que anuiu a Recuperanda.

Entendendo que a sugestão contribuiria com a celeridade do processo, este Juízo convocou (30.1) a assembleia-geral de credores para deliberação acerca da adoção de um calendário processual, sugerindo sua realização na forma

5000621-86.2022.8.21.0160

10044092901.V5



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

exclusivamente virtual nos dias 24/06/2022 (1ª convocação) e 01/07/2022 (2ª convocação) e determinou a publicação do edital conjunto dos arts. 52, § 1º, e 36, caput, da Lei n.º 11.101/2005, o que ocorreu em 09/06/2022 (42.1).

Instalada em 2ª convocação, a assembleia de credores deliberou pela aprovação do seguinte calendário processual (116.1):

Em 04/07/2022, a Recuperanda apresentou (91.1) seu Plano de Recuperação Judicial, desacompanhando de laudo econômico e financeiro e de avaliação de seus ativos (art. 53, da Lei n.º 11.101/2005).

Em 05/08/2022, a Administração Judicial noticiou o encerramento da etapa extrajudicial de verificação de créditos, apresentando nova lista de credores (142.1).

Em linha com o calendário processual, o prazo para apresentação de objeções ao plano findou em 05/09/2022, e a única objeção apresentada foi protocolada pelo BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL no 158.1, em 09/09/2022.

Tratando-se de objeção intempestiva, a consequência legal foi a prescindibilidade de convocação da assembleia-geral de credores, sendo o caso de concessão da Recuperação Judicial na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005.

Sendo assim, a administradora judicial apresentou o relatório de que trata o art. 22, II, “h”, da Lei n.º 11.101/2005 (159.1), subsidiando o controle de legalidade das cláusulas do plano aprovado tacitamente.

Assim, antes de deliberar sobre a concessão do benefício legal, determinou-se a intimação da Recuperanda para:

(a) prestar as garantias suficientes na forma do art. 54, §2º, I, da Lei n.º 11.101/2005, de forma individualizada, reduzindo-as a termo, com registro nas respectivas matrículas, em se tratando de imóveis, consignando-se que a extensão do prazo para pagamentos dos créditos da classe I estará condicionada à extinção do teto de 30 salários-mínimos previsto no Plano, forte no art. 54, §2º, III, da mesma Lei;

(b) esclarecer a periodicidade do pagamento dos créditos trabalhistas, eis que, como atualmente redigido o plano, impossível saber se ocorrerá ao longo do período ou em parcela única no último dia dos 36 meses;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

(c) apresentar o “anexo 1” mencionado na cláusula “3.3.5” do plano, de forma a individualizar apropriadamente os ativos que se pretende alienar;

(d) apresentar laudo de avaliação dos armamentos e de equipamentos de segurança de modo a indicar o valor dos ativos pelos parâmetros do mercado, subscrito por profissional legalmente habilitado; e

(d) complementar as informações contempladas nas projeções econômico-financeiras do Plano de acordo com os apontamentos realizados pela administradora judicial.

Em 16/11/2022 (195.1), a Recuperanda solicitou prazo de 10 (dez) dias para atender às determinações, o que acabou deixando de fazer. As pendências foram lembradas pela administradora judicial nos 250.1 e 276.1, pelo que a Devedora foi novamente intimada (295.1).

Após quase um ano do pronunciamento, a Recuperanda peticionou atendendo integralmente às providências determinadas, pontuando (311.1):

- Com relação ao pagamento dos créditos de classe I, optou por manter o teto de trinta salários-mínimos por credor e reduzir para um ano o prazo de pagamento dos credores trabalhistas, em doze parcelas mensais sucessivas, sem fazer uso da prerrogativa de elastecimento prevista no art. 54, § 2º, da LRF;

- Com relação à alienação de ativos não circulantes, esclareceu que o “anexo 1” mencionado na cláusula “3.3.5” foi mencionado por lapso, não havendo interesse por ora na venda de ativos, mas frisando que, independentemente do bem a ser alienado, a questão sempre estará sujeita ao crivo judicial, na forma dos arts. 66 e 142, ambos da LRF;

- Com relação ao laudo de avaliação dos armamentos e de equipamentos de segurança, seguindo os parâmetros de avaliação recomendados pela administradora judicial (evento 311, EMAIL2), acostaram trabalho assinado por contador (evento 311, DOC3);

- Por derradeiro, com relação às projeções econômico-financeiras, complementaram o Laudo Econômico-Financeiro (evento 311, OUT6) e anexaram planilha de Fluxo de Caixa Projetado que “prevê, além do pagamento dos credores concursais detentores de créditos incontroversos e/ou não liquidados pelo tomador do serviço com emprego dos recursos das contas vinculada, o pagamento de dívidas tributárias e previdenciárias, assim como outros desembolsos operacionais, de financiamento e de investimento” (evento 311, DOC4 e evento 311, OUT5).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

Mais adiante, a Recuperanda juntou as certidões negativas de débitos tributários (328.1), cumprindo a exigência do art. 57, da Lei n.º 11.101/2005.

Por fim, vieram os autos conclusos.

É o breve relatório.

Decido.

Como é sabido, na recuperação judicial, é atribuição da assembleia de credores deliberar sobre “aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor” (art. 35, I, “a”, da Lei n.º 11.101/2005).

No caso concreto, como relatado, não foram apresentadas objeções tempestivas, sendo a única, intempestiva, a do BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A. Nesse contexto, ressalta-se que o Tribunal de Justiça confirmou a intempestividade da objeção no julgamento do Agravo de Instrumento n.º 5227324-17.2022.8.21.7000, a resultar na desnecessidade de convocação de assembleia de credores.

Por essa razão, tenho como **autorizada a concessão da Recuperação Judicial na forma do *caput*, do art. 58, do referido Diploma Legal.**

No entanto, respeitadas as questões negociais, deverá o Plano passar pelo crivo homologatório deste Juízo, a quem compete realizar o controle da juridicidade de suas disposições. Trata-se de expungir-se do Plano possíveis ilegalidades, o que encontra amparo no enunciado n.º 44 da 1ª Jornada de Direito Comercial, do Conselho da Justiça Federal:

“44. A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade.”

Quanto ao objeto do controle a ser empreendido, restringir-se-á a aspectos de legalidade do Plano. Isso posto, **tenho por rejeitar**, desde já, a possibilidade de intervenção deste Juízo sobre pontos como deságio, prazos de carência e de parcelamentos, correção monetária etc., eis que de conteúdo puramente negocial, devendo ser respeitada a soberania assemblear.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

Justiça: Nessa linha, é o entendimento consolidado do Superior Tribunal de

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONTROLE DE LEGALIDADE. CONTEÚDO ECONÔMICO. EXAME. AUSÊNCIA. JULGADOR. POSSIBILIDADE. REVISÃO. SÚMULAS N°S 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

2. É vedado ao julgador adentrar nas particularidades do conteúdo econômico do plano de recuperação judicial aprovado com obediência ao art. 45 da Lei n° 11.101/2005, pois este possui índole predominantemente contratual. Todavia, o juiz está autorizado a realizar o controle de legalidade do plano de recuperação judicial sem adentrar no aspecto da sua viabilidade econômica.

3. Na hipótese, alterar o entendimento das instâncias ordinárias para concluir pela invalidade das cláusulas aprovadas pela Assembleia Geral de Credores demandaria a análise dos fatos e das provas dos autos, procedimentos inviáveis em recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n°s 5 e 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.” (AgInt no REsp n. 1.931.922/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 27/6/2022, DJe de 30/6/2022.)

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. CONTROLE JUDICIAL DE LEGALIDADE DO PLANO. VIABILIDADE ECONÔMICA DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AVALIAÇÃO SOBERANA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA AOS DISPOSITIVOS LEGAIS INVOCADOS. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. "No processo recuperacional, são soberanas as decisões da assembleia geral de credores sobre o conteúdo do plano de reestruturação e sobre as objeções/oposições suscitadas, cabendo ao magistrado apenas o controle de legalidade do ato jurídico, o que decorre, principalmente, do interesse público consubstanciado no princípio da preservação da empresa e consecutória manutenção das fontes de produção e de trabalho" (REsp n. 1.587.559/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 22/05/2017).

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

4. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

5. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp n. 1.833.120/PR, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 13/6/2022, DJe de 21/6/2022.)

De igual forma, verte a redação do enunciado n.º 46 da 1ª Jornada de Direito Comercial, do Conselho da Justiça Federal:

"46. Não compete ao juiz deixar de conceder a recuperação judicial ou de homologar a extrajudicial com fundamento na análise econômico-financeira do plano de recuperação aprovado pelos credores."

Nessa esteira, assiste razão à administradora judicial quando defende a possibilidade de concessão do benefício legal ainda que haja cláusulas contrárias ao ordenamento jurídico no plano, eis que este Juízo é competente para extirpá-las, se



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

necessário.

Esclarecida tal premissa, passo ao exame da legalidade do Plano de Recuperação contido no 91.1, amparada pelo laudo confeccionado pela administradora judicial no evento 159, PARECER2.

**DO PAGAMENTO AOS CREDITORES TRABALHISTAS -
CLÁUSULA “3.3.1.1”**

A cláusula 3.3.1.1 previu o pagamento dos créditos trabalhistas – líquidos e ilíquidos – em 36 meses, com limitação a 30 salários-mínimos por credor, sendo que eventuais quantias sobejantes seriam pagas na forma prevista aos credores quirografários.

Após apontadas as possíveis ilegalidades na cláusula, a Recuperanda optou por manter o teto de trinta salários-mínimos por credor e reduzir para um ano o prazo de pagamento dos credores trabalhistas, em doze parcelas mensais sucessivas, sem fazer uso da prerrogativa de elastecimento prevista no art. 54, § 2º, da Lei n.º 11.101/2005.

Com esta nova conformação, fica mantida a disposição de que eventuais quantias sobejantes a trinta salários-mínimos serão pagas na forma prevista aos credores quirografários.

**DO TRATAMENTO CONFERIDO AO FGTS - CLÁUSULA
“3.3.1.1.3”**

A cláusula “3.3.1.1.3” dispõe que os valores relativos às parcelas de FGTS em atraso serão “expurgados” do Plano, cabendo à Devedora *“providenciar a adesão às ferramentas de parcelamento pelas vias ordinárias ou a manutenção do programa de parcelamento ou, ainda, o pagamento direto a quem o direito detiver”*.

Ainda que a sujeição do FGTS à Recuperação Judicial seja matéria controvertida, entendo razoável que a regularização do FGTS se dê diretamente com a Caixa Econômica Federal, nos termos dos parcelamentos aplicáveis, ressalvando, no entanto, que tal disposição não alterará o valor dos créditos habilitados no quadro de credores que contemplarem o FGTS, quando consequência de determinação pela Justiça do Trabalho.

**DA CRIAÇÃO DA SUBCLASSE AOS CREDITORES
COLABORATIVOS – CLÁUSULA “3.3.2”**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

Em sequência, a cláusula “3.3.2” do Plano de Recuperação Judicial registra previsão de tratamento diferenciado para credores colaborativos, assim considerados “os credores que mantiverem o fornecimento de insumos, mantiverem os contratos de prestação de serviço de mão-de-obra e que concederem novas linhas de crédito para capital de giro, após a data de ajuizamento da presente ação de recuperação”.

Quanto ao ponto, entendo que não há impedimento legal no tratamento diferenciado oferecido aos credores colaborativos, eis que os aderentes assumem o risco de continuar fornecendo produtos e serviços à Recuperanda. Nesse sentido, a previsão é consentânea ao disposto no art. 67, da Lei n.º 11.101/2005.

Todavia, como bem apontado pela administradora judicial, há ilegalidade na disposição que confere poderes à Recuperanda no sentido de realizar absolutamente qualquer recorte que desejar entre os credores que persigam o enquadramento nessa condição de pagamento, devendo ser possibilitado a todos os credores interessados aderirem às condições especiais, desde que façam jus aos demais requisitos.

DA ALIENAÇÃO DE BENS COMO MEIO DE SOERGUIMENTO – CLÁUSULA “3.3.5”

A cláusula “3.3.5” do Plano autoriza de forma genérica a alienação de bens do ativo permanente da Devedora:

*“A fim de proporcionar segurança jurídica a este plano de soerguimento da empresa, elenca-se também a alienação do ativo. Alguns dos bens a serem colocados à venda compõem o seu patrimônio e atualmente encontram-se ociosos, ou em estado de defasagem avançado, alguns gerando mais custos do que renda e outros os quais a empresa pretende alienar, como forma de ajustar a capacidade produtiva a sua atual demanda, ou para viabilizar a aquisição de novos bens, que apresentem menor custo de manutenção. Para tanto, elencam-se no **anexo 1** os bens que compõem o ativo imobilizado da empresa e poderão ser objeto de alienação, nos termos do art. 60 da LRF, para geração de caixa nos termos deste plano. O produto da alienação dos bens, será inteiramente empregado na atividade da empresa representando fluxo de caixa essencial à continuidade das operações, podendo, a critério da recuperanda, ser empregado no pagamento de todo ou parte do passivo concursal.”*



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

Intimada, a Devedora esclareceu que o “anexo 1” mencionado na cláusula “3.3.5” foi mencionado por lapso, não havendo interesse por ora na venda de ativos, mas frisando que, independentemente do bem a ser alienado, a questão sempre estará sujeita ao crivo judicial, na forma dos arts. 66 e 142, ambos da Lei n.º 11.101/2005, até o encerramento do feito.

**DO LEILÃO REVERSO DE CRÉDITOS E DA CORREÇÃO
PELA TR – CLÁUSULAS “3.3.4” E OUTRAS**

Deixo de me manifestar sobre a juridicidade do leilão reverso de créditos e da atualização monetária pela taxa referencial, entendendo tratar-se de elementos de cariz negocial e, portanto, fora do escopo da intervenção judicial no conteúdo do plano.

**DA CONTAGEM DOS PRAZOS PREVISTOS NO PLANO –
CLÁUSULA “3.3.1” e subitens**

A Recuperanda propôs que o cômputo dos prazos de pagamentos somente começasse *“da certificação do trânsito em julgado da decisão que homologar este Plano de Recuperação Judicial”*.

Sucede que, como bem apontado pela administradora judicial, tal disposição acabará por tumultuar e eternizar o procedimento.

Assim, reviso a referida cláusula e seus subitens para determinar que os prazos do plano passarão a contar a partir da data de prolação da decisão de concessão, e não de seu trânsito em julgado.

Afinal, não há como admitir que o cumprimento do plano fique condicionado a evento futuro e incerto.

**DO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E
HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – CLÁUSULAS “4.iii” e “4.iv”**

As cláusulas em questão dispõem o seguinte:

“iii. A recuperanda não responderá pelas custas processuais dos processos que tenham tomado parte no polo passivo;

iv. As partes responderão, cada uma, pelos honorários dos seus respectivos patronos, inclusive honorários de sucumbência;”



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

Nesse viés, entende-se pela necessidade de reforma do item supracitado, a fim de que esclareça que a isenção da Recuperanda ao pagamento de honorários de sucumbência se aplicará somente às demandas em que for deferida a benesse da gratuidade de justiça.

Em sentido símile ao que faz com os honorários advocatícios, o plano desborda seus limites ao eximir a Recuperanda do pagamento das custas processuais nos processos em que tenha tomado parte.

No julgamento do REsp no 1.893.96623, o Superior Tribunal de Justiça já definiu que as custas processuais detêm natureza jurídica tributária – de taxa, especificamente.

Desta forma, trata-se de créditos naturalmente não sujeitos ao plano de recuperação e, forte no art. 6o, § 7o-B24 da LRF, vindicáveis por execução fiscal paralelamente à Recuperação Judicial. É cláusula a ser extirpada do plano, por conseguinte.

**DA ALTERAÇÃO DO PLANO APÓS HOMOLOGAÇÃO –
CLÁUSULA “4.vi”**

A cláusula “4.vi” contempla a possibilidade de alteração do plano pela assembleia de credores mesmo após a homologação judicial.

Tendo em vista a soberania das decisões assembleares, não há destaques a fazer no dispositivo. Todavia, como pontuado pela Administração Judicial, esclareço apenas que o Plano deverá estar sendo cumprido, sob pena de afronta aos termos do art. 73, IV, da Lei n.º 11.101/2005.

**DA ALTERAÇÃO DO PLANO APÓS HOMOLOGAÇÃO –
CLÁUSULA “4.vii”**

A cláusula “4.vii” prevê que, diante do descumprimento de qualquer cláusula do plano, não será decretada a falência da Recuperanda sem antes convocar a assembleia-geral de credores.

A disposição ofende diretamente os arts. 61, § 1º e art. 73, IV, ambos da Lei nº 11.101/2005.

Assim, retiro a referida cláusula do plano.

Com tais comemorativos, concluo o controle de legalidade do Plano de Recuperação Judicial.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

DA APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO TRIBUTÁRIO

No caso dos autos, verifico que a Recuperanda comprovou o pleno preenchimento do requisito de que trata o art. 57, da LREF, tendo apresentado certidões corroborando sua regularidade perante as Receitas Municipal, Estadual e Federal, bem como em relação ao FGTS e a Justiça do Trabalho, todas no evento 328, PET1.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, na forma do artigo 58, *caput*, da Lei n.º 11.101/2005, **HOMOLOGO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** e **CONCEDO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL** da postulante MW Segurança Ltda. (CNPJ n.º 11.525.620/0001-60) **com as ressalvas atinentes ao controle de legalidade empreendido na fundamentação do presente *decisum*.**

A partir deste momento, fica instaurado o biênio fiscalizatório previsto pelo art. 61, da Lei n.º 11.101/2005.

Após, **intimem-se** todos os interessados cadastrados, bem como a Recuperanda, a Administração Judicial, o Ministério Público, as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, na forma do art. 58, §3º, da LREF, e **comunique-se** a Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

DOS HONORÁRIOS DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

Aproveito para fixar a remuneração definitiva da administradora judicial em 4% (quatro por cento) sobre o passivo concursal submetido pela Recuperanda (R\$ 4.659.695,36), corrigido pela URC¹ a partir da distribuição do feito, a ser pago em 24 parcelas de igual valor (período de fiscalização judicial).

Sobre isso, o Juízo tem observado nos Relatório de Atividades a corriqueira recalcitrância da Recuperanda para efetuar o pagamento da remuneração da administradora judicial. Foram observados, inclusive, os parâmetros estipulados pela Recomendação n.º. 141, de 10 julho de 2023 do CNJ.

O Superior Tribunal de Justiça já assentou ter a remuneração do administrador judicial natureza jurídica de despesa processual (art. 84, do CPC):

“RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE FALÊNCIA. REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL. CAUÇÃO. DESPESA PROCESSUAL. POSSIBILIDADE DE ATRIBUIR TAL ÔNUS AO



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

REQUERENTE DA FALÊNCIA. 1. Ação ajuizada em 20/7/2016. Recurso especial interposto em 8/5/2018. Autos conclusos ao Gabinete em 12/12/2018. 2. O propósito recursal é decidir se é possível exigir de credor de sociedade em processo de falência que caucione os honorários do administrador judicial. 3. Ante a fase inicial de incerteza acerca da suficiência dos bens a serem arrecadados para cobrir as despesas processuais e as demais obrigações da massa falida, aliado ao fato de não ter sido encontrada a empresa devedora, cuja citação ocorreu por edital, constitui medida hígida a exigência de que o credor caucione os honorários do administrador judicial. Precedente. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.” (REsp 1784646/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 07/06/2019)

Destarte, fica a Devedora advertida que o não pagamento tempestivo das parcelas ensejará a extinção do feito.

DAS QUESTÕES PENDENTES

- Sobre o pedido urgente formulado pela Devedora junto ao evento 317, PET1, acolho a fundamentação da administradora judicial para limitar o bloqueio junto ao IFSUL determinados nos autos do Mandado de Segurança n.º 0022954-04.2023.5.04.0000 a 30% dos recebíveis futuros da Recuperanda, devendo a Serventia expedir ofício ao referido tomador de serviço para cumprimento da determinação.

- Determino a expedição de ofício à 3ª Vara do Trabalho de Pelotas para que, sentenciada a ATOrd n.º 0020248-30.2023.5.04.0103 e liquidado o crédito em definitivo, sejam dissociadas as verbas sujeitas à Recuperação Judicial, assim considerados aqueles com fato gerador anterior 10/03/2022, para fins de expedição de certidão de habilitação no concurso recuperatório.

- Sobre o pedido urgente formulado pela Recuperanda no Evento 334, acolho a fundamentação da administradora judicial para:

(1) em relação ao IFRS, determinar a expedição de ofício ao tomador de serviço determinando a limitação do bloqueio em 30% dos valores depositados na conta vinculada, sendo o restante liberado à Recuperanda.

(2) determinar a intimação da Devedora para que informe se há reclamações trabalhistas vinculadas ao contrato com o IFSUL; em não havendo, pela expedição de ofício ao tomador de serviço



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

determinando a liberação dos valores retidos.

Ambos os ofícios deverão ser enviados pela administradora judicial, com fulcro no art. 22, I, “m”, da Lei n.º 11.101/2005.

- Sobre a solicitação feita pelo Juízo Trabalhista no evento 337, OFIC1, determino à Serventia que remeta as instruções atinentes à transferência de recursos para conta judicial vinculada à Recuperação Judicial (realização de TED JUDICIAL, com a geração de um código ID);

- Por derradeiro, determino à Serventia que efetue o cadastramento da credora GREEN CARD S.A. – REFEIÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS, tal qual solicitado no evento 335, PET1.

1 AGRADO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL. ARTIGO 24 DA LEI Nº 11.101/05. CAPACIDADE DE PAGAMENTO. COMPLEXIDADE DA DEMANDA. VALORES PRATICADOS NO MERCADO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE O RESULTADO DO PERCENTUAL E NÃO SOBRE A BASE DE CÁLCULO. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ÍNDICE MENOS GRAVOSO. VARIAÇÃO ATRIBUÍDA AO ÍNDICE DA UNIDADE DE REFERÊNCIA DE CUSTAS PROCESSUAIS. 1. Pretende a Recuperanda e a reforma da decisão interlocutória que determinou a fixação da remuneração destinada à Administração Judicial no percentual de 4% sobre o passivo sujeito à recuperação judicial, bem como determinou incidência de correção monetária (pelo IGP-M) sobre o valor resultante do percentual. 2. O Administrador Judicial atua como auxiliar imparcial do Juízo e recebe remuneração própria para o desempenho das funções previstas no artigo 24 da Lei nº 11.101/2005. 3. A Lei de Recuperação de Empresas e Falência prevê o arbitramento da remuneração da Administração Judicial sobre o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial, estabelecendo o limite de 5% sobre o passivo sujeito e os seguintes critérios para aferição do percentual: capacidade de pagamento do devedor, grau de complexidade do trabalho e valores praticados no mercado para desempenho de atividades semelhantes. 4. Levando em conta a capacidade de pagamento, a complexidade da presente recuperação judicial e o padrão usualmente utilizado no mercado, afigura-se prudente a manutenção da remuneração da Administração Judicial no percentual de 4% sobre o passivo sujeito à recuperação. 5. A despeito de a base de cálculo utilizada para resultar o valor final de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Judicial da Comarca de Vera Cruz

remuneração não poder ser atualizada (tendo em vista que originalmente os créditos submetidos são atualizados até a data do pedido da recuperação judicial), o valor resultante do percentual extraído do passivo sujeito deve de forma incontestável ser atualizado, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.899/81. 6. Possível a incidência de forma de atualização menos gravosa à recuperanda, substituindo-se o usualmente utilizado IGP-M pela variação atribuída ao Índice da Unidade de Referência de Custas Processuais, levando-se em conta a natureza de despesa processual, bem como a principiologia da Lei de Recuperação de Empresas e Falência. AGRADO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. (Agravo de Instrumento, Nº 50210516920238217000, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em: 26-04-2023)

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA REZENDE SPENNER**, em 27/8/2023, às 22:39:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10044092901v5** e o código CRC **ab9d3596**.

5000621-86.2022.8.21.0160

10044092901.V5